

CRÉDITO PESSOAL

Mais dinheiro no bolso para gastar

Volume de empréstimos para pessoas físicas cresce 21% no ano e ajuda a impulsionar a economia

O volume de crédito concedido a pessoas físicas cresceu 20,9% entre janeiro e outubro de 2004, em comparação ao mesmo período de 2003, e somou 989,8 bilhões no acumulado do período, segundo dados do Banco Central. Esse impulso é explicado pelo melhor desempenho da economia – com a previsão de o Produto Interno Bruto (PIB) evoluir cerca de 5% no ano –, pela redução do desemprego e pelas condições mais favoráveis para o comprometimento de renda futura. Mesmo descontando-se o efeito da inflação – que acumulou 11,6% entre janeiro e outubro, pelo IGPM, o Índice Geral de Preços do Mercado – o volume de crédito ainda mostra um aumento de 9,2%.

Na comparação com todo o ano 2000, esse crescimento se revela ainda mais expressivo: 145,8%, ou 46,5% reais (deduzindo a inflação do período, de 67,8% pelo IGPM). Durante aquele ano, o crédito concedido por instituições financeiras a pessoas físicas somou R\$ 402,7 bilhões. A diferença deve crescer substancialmente quando forem apurados os dados de novembro e dezembro, período em que a demanda por crédito é

embalada pelas compras de Natal. Se for mantido o ritmo de evolução do mês de outubro, o estoque de empréstimos baterá em pelo menos 1,2 trilhão, 22% além de 2003 e três vezes mais do que em 2000.

Um fator adicional explica essa maior oferta de crédito: a consolidação dos empréstimos consignados em folha de pagamento, modalidade regulamentada em 2003 e que proporcionou não só o aumento dos financiamentos como a redução dos juros cobrados pelos bancos. Com risco praticamente zero de inadimplência, as instituições financeiras podem estabelecer taxas menores para corrigir o valor do crédito e conseguem atrair um maior número de clientes. Ante uma taxa média de 73,9% do crédito pessoal, o crédito consignado atingiu o custo de 39,1% em setembro, de acordo com avaliação do Banco Central. Naquele mês, essa modalidade representou 32,6% do volume total de crédito concedido a pessoas físicas. Em janeiro, era o equivalente a 26,5%.

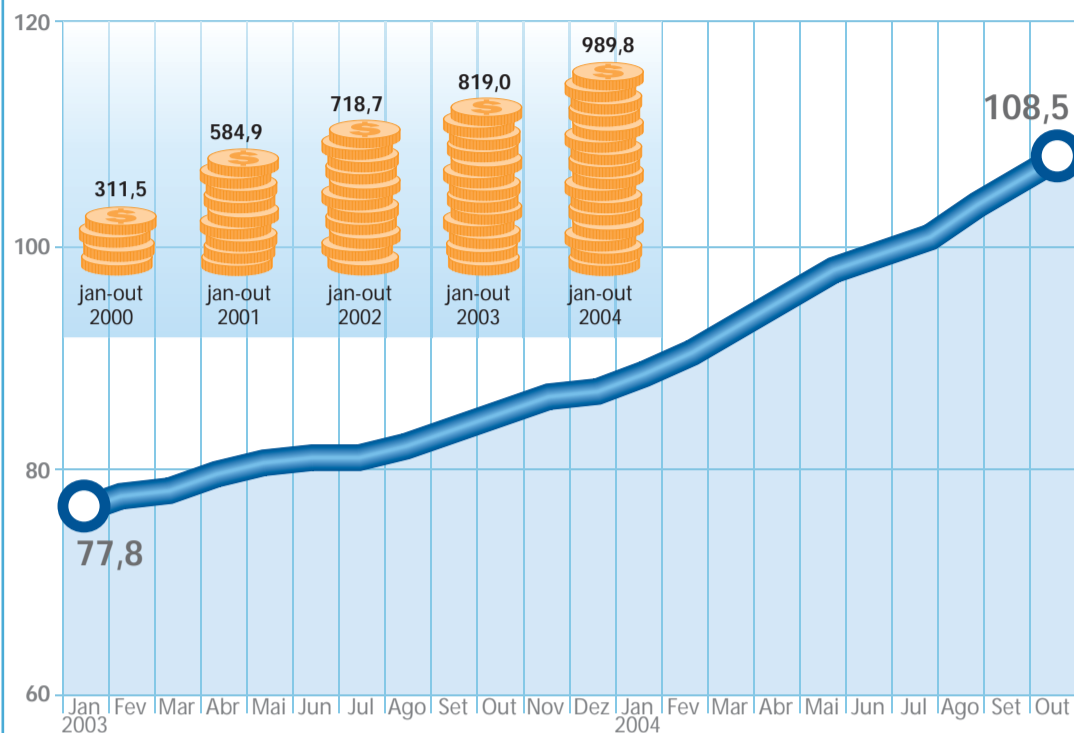
Impulso

Economia em alta impulsiona o crédito e vice-versa – o aumento da oferta de crédito faz a

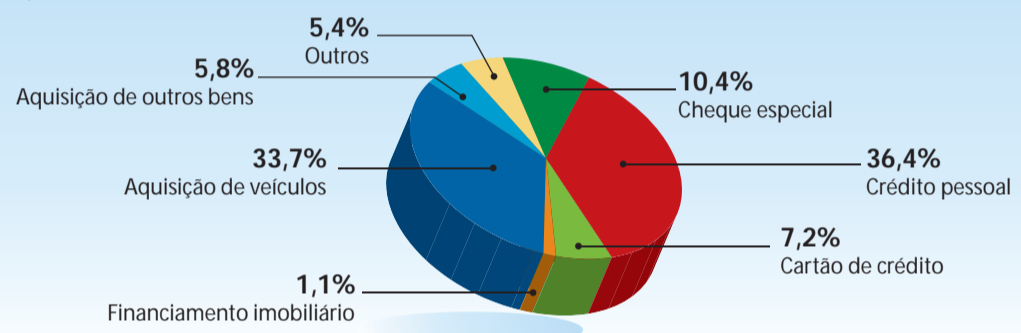
economia crescer. Uma prova disso está no desempenho de importantes setores industriais, como o automobilístico e eletroeletrônico, que retomaram em 2004 o ritmo de aquecimento. A indústria automobilística, por exemplo, prevê produzir mais 5,4% durante o ano e a de eletroeletrônicos projeta chegar a um índice entre 15% e 20%, na primeira evolução substancial desde 2000, segundo a Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (Eletros).

O crédito está em alta em todos os segmentos, exceto financiamentos imobiliários, que recuaram 27,1% na comparação com 2003. O crédito pessoal lidera o compasso de crescimento (mais 33,1%), principalmente como reflexo do crédito consignado com desconto em folha de pagamento. Na seqüência, aparecem o financiamento para aquisição de bens, com evolução de 24,1% – e com impacto no desempenho favorável de eletroeletrônicos – e o financiamento para veículos, com mais 21,8%. Em volume, os empréstimos para a aquisição de veículos consumiram a maior fatia do crédito: 33,7% no acumulado de janeiro a outubro.

EVOLUÇÃO DO CRÉDITO – EM R\$



Divisão do Crédito (janeiro a outubro 2004)



Parceria valiosa com o varejo

A célebre disputa entre as instituições financeiras pela atenção do consumidor ganhou um importante aliado: o varejo. Interessados em explorar o promissor filão do crédito ao consumo, dois dos principais bancos em atuação no País saíram na frente, aliaram-se a poderosas redes varejistas e hoje gozam do privilégio de estarem mais próximos de seus clientes potenciais: os consumidores.

A primeira iniciativa nesse sentido foi protagonizada, em julho deste ano, pelo Grupo Pão de Açúcar, líder do setor varejista de alimentos no Brasil, e o Itaú, segundo maior banco privado em ativos totais. A parceria estabelecida pelas duas empresas resultou na constituição de uma nova instituição financeira no mercado, que atuará com exclusividade na estruturação e comercialização de produtos e serviços financeiros e correlatos para os clientes das lojas do Grupo Pão de Açúcar.

O presidente do Conselho de Administração é indicado pelo Itaú, que também cuidará da gestão operacional. A nova instituição financeira se concentrará no crédito ao consumidor, oferecendo cartões de crédito para uso restrito dentro das lojas do Grupo (private label) e outros com bandeiras de aceitação geral (co-brand), além de crédito direto ao consumidor e empréstimo pessoal. As unidades de atendimento serão instaladas dentro das mais de 555 lojas da rede varejista.

Popular

Quatro meses depois, o mercado assistiu a mais uma união de dois gigantes: Casas Bahia e Bradesco. Anunciada em novembro, a parceria entre uma



Bancos despertam para o potencial do mercado varejista

das maiores redes varejistas brasileira com o maior banco privado em ativos totais dá ao Bradesco exclusividade para financiar as vendas das Casas Bahia por um período de três anos. Enquanto o Itaú teve de desembolsar R\$ 455 milhões, dos quais R\$ 380 milhões só em ágio, para financiar as vendas do Pão de Açúcar por dez anos, a operação com a Casas Bahia não custou nada ao Bradesco.

Nesse caso, a operação começará gradualmente. O banco quer atingir R\$ 3 bilhões em um ano, equivalente a 20% de sua carteira atual, de R\$ 15 bilhões. A Casas Bahia manterá o financia-

mento de clientes com recursos próprios, que hoje totaliza R\$ 4,5 bilhões e representa 80% de suas vendas.

A expectativa é que o acordo libere recursos para acelerar o crescimento do Grupo, que tem 400 lojas e planeja abrir mais de 100 no próximo ano. Com uma carteira de 11 milhões de clientes ativos, a rede era uma das mais cobiçadas pelos bancos.

Em uma segunda etapa, o Bradesco vai vender produtos financeiros aos clientes das Casas Bahia, como cartões e seguros, com a instalação de quiosques na rede de varejo. A Casas Bahia mantém ainda um acordo com

3,0

bilhões de reais

é a expectativa do

Bradesco de volume

de crédito em um ano

o Banco Popular do Brasil, subsidiária do Banco do Brasil, que será mantido e permitiu ao banco montar pontos de atendimento em dez lojas, para financiar e atender os clientes

Suas finanças sob controle

Quem pretende recorrer ao crediário para adquirir um bem deve se planejar, sob pena de comprometer demais o orçamento doméstico ao dispor de recursos para honrar o compromisso, ou, pior, não conseguir saldar a dívida e ter seu nome inscrito na Serasa.

O ideal é pesquisar e comparar preços até encontrar condições mais vantajosas e, principalmente, optar por formas de pagamento que embutem juros menores. Para ajudar os consumidores a fazer os cálculos das taxas incidentes nos crediários, o Banco Central mantém, em seu site na Internet, a "Calculadora do Cidadão", que pode ser acessada pelo endereço (www.bacen.gov.br/calculadora). Basta alimentá-la com dados, como o número de prestações, o valor inicial da compra e o valor das parcelas, para se obter o total incidente de juros.

Pechinchar também é uma boa alternativa, assim como recorrer a um financiamento bancário e adquirir o produto à vista, já que algumas modalidades de crédito oferecem juros mais atraentes do que os das lojas. Esse recurso pode ser ainda mais vantajoso se o consumidor trocar o fato de estar pagando à vista por desconto.

Aos que possuem cartão de crédito, a recomendação de analistas financeiros é usá-lo com frequência, porém racionalmente, para usufruir as vantagens oferecidas pelas operadoras, como prêmios de programas de pontuação e acúmulo de milhagens, no caso

Consumidor

pode recorrer à

Serasa, instituição

que oferece serviço

gratuito de orientação

das companhias aéreas.

Já para manter sob controle as finanças pessoais, o ideal é que o consumidor possua uma reserva financeira, à qual possa recorrer em situações de emergência, como o desemprego ou o custeio de um tratamento de saúde, por exemplo. Seu valor depende dos compromissos assumidos, da volatilidade do mercado de trabalho do consumidor e de sua disposição em reduzir o padrão de consumo, caso seja necessário. No geral, a recomendação é manter uma reserva para seis meses.

A Serasa mantém ainda um Serviço Gratuito de Orientação ao Cidadão em suas instalações em todas as capitais e principais cidades do Brasil. Para consultá-lo, o próprio interessado deve comparecer a uma das unidades do órgão portando documentos, ou enviar um procurador. Para a pessoa física, os documentos necessários são RG ou Carteira Profissional e CPF. Já as pessoas jurídicas devem portar o Cartão de CNPJ, o Contrato Social da empresa, com registro na junta (seu nome deve constar no Contrato) e RG ou Carteira Profissional.

Os custos embutidos nos juros

Cerca de 75% das taxas do crédito dependem de outros fatores que não o juro básico da economia

Vários custos são embutidos nas operações de crédito e explicam como uma taxa de juros básica – fixada em 17,75% ao ano pelo Banco Central – cresce mais de nove vezes e se transforma em até 163,24%, o percentual mais alto identificado pelo Procon de São Paulo para o cheque especial. No cartão de crédito chega a 357% no atraso em quitar a fatura.

74%

ao ano é a taxa média cobrada no crédito direto ao consumidor

madores de crédito e a taxa de captação paga aos clientes – o chamado *spread* bancário.

O objetivo é investigar as causas desse comportamento e orientar as ações do governo para reduzir o custo do crédito bancário. Em análise divulgada no início do mês de dezembro, o maior impacto foi de despesas administrativas e resíduo, seguidos de perto por inadimplência e impostos.

Uma parcela menor (em média de 5%) é efeito da obrigação dos bancos em recolher compulsoriamente ao Banco Central parte dos depósitos à vista e a prazo. Para cada um real emprestado pelo banco, por exemplo, R\$ 0,45 ficam retidos no BC sem qualquer remuneração. Esse custo na verdade é repassado pelo banco e cobrado do tomador do crédito.

Inadimplência

Adicionalmente, nem todo o dinheiro depositado nos bancos pode ser emprestado livremente. Parte obrigatoriamente deve ser direcionada a setores que o governo tem interesse em estimular. Do total de crédito ofertado no Brasil até o mês de outubro, 36% correspondem aos créditos direcionados: 19,8% são do BNDES; 10,7% vão para a agricultura; 5,2% para a habitação; e 0,3% são outros.

A inadimplência implica custo, que é repassado ao tomador do crédito, seja ele bom ou mau pagador. Os bancos trabalham com médias históricas de inadimplência e adotam programas sofisticados de acompanhamento de risco de crédito, mas é co-

Pesos adicionais

Esses fatores são: os impostos que incidem sobre as transações financeiras (como IOF, PIS, Cofins e CPMF), a inadimplência, o peso dos depósitos compulsórios e créditos direcionados, as próprias despesas administrativas dos bancos (pessoal, manutenção de infraestrutura, marketing, etc.) e ainda o chamado resíduo (que inclui o lucro do banco com a operação mais outros custos de difícil mensuração).

O peso de cada um desses itens foi avaliado pelo Banco Central, que desde 1999 acompanha a diferença entre a taxa de empréstimo cobrada pelos bancos dos to-



O IOF é um imposto que incide sobre todas as operações de crédito, exceto em financiamentos para aquisição de casa própria

mas que as oscilações da economia alterem, às vezes brusca-mente, esses índices. E como a legislação também não favorece a recuperação de crédito duvidoso, mesmo com garantias reais, os bancos adicionam aos juros uma margem para assegurar que não ficarão no prejuízo caso o empréstimo não seja quitado.

Os impostos – que o Banco Central chama de cunha tributária – também têm um peso considerável. Toda operação de crédito paga IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), exceto nos financiamentos para a aquisição de casa própria. Sua alíquota é de 0,0041% ao dia sobre o valor do empréstimo, in-

dependentemente do prazo da operação, com um limite máximo de cobrança deste imposto de 1,5% ao ano.

No cheque especial, a alíquota de IOF é calculada diariamente (0,0041% sobre o saldo devedor diário da conta) e, no final de cada mês, o total é descontado da conta do cliente.

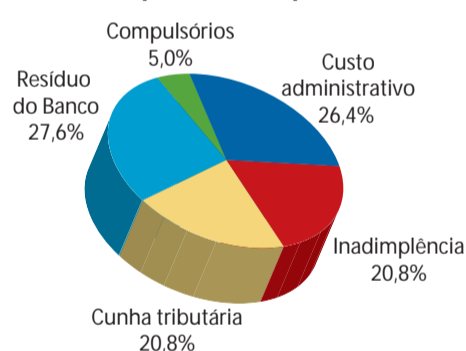
O consumidor também paga IOF no caso de atrasar o pagamento da fatura do seu cartão de crédito, que passa a ser considerada uma operação de financiamento. Nesse caso, a administradora do cartão cobra a alíquota de IOF de acordo com o número de dias em que a dívida ficar em aberto.

EVOLUÇÃO MENSAL E ANUAL

	Cheque especial		Crédito pessoal		Aquisição veículos		Aq. de bens - outros	
	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.
Janeiro	7,70	143,52	4,97	79,06	2,60	36,13	4,33	66,30
Fevereiro	7,68	142,89	4,85	76,63	2,57	35,66	4,28	65,44
Março	7,64	142,03	4,85	76,54	2,54	35,08	4,15	62,94
Abril	7,58	140,18	4,79	75,26	2,53	34,96	4,11	62,16
Mai	7,59	140,50	4,66	72,67	2,55	35,29	3,99	59,88
Junho	7,58	140,30	4,62	71,89	2,62	36,32	3,96	59,43
Julho	7,57	140,14	4,61	71,66	2,60	36,10	3,91	58,51
Agosto	7,59	140,62	4,71	73,82	2,62	36,34	3,93	58,76
Setembro	7,59	140,62	4,72	73,87	2,58	35,73	4,03	60,64
Outubro	7,61	141,10	4,71	73,82	2,57	35,55	4,07	61,37

Fonte: Banco Central

Composição do Spread



Empréstimo consignado atrai pelas taxas

Uma medida de grande impacto na concessão de crédito no Brasil foi anunciada pelo Governo Federal no mês de setembro de 2003: o empréstimo consignado. Ao permitir ao trabalhador abater a dívida diretamente na folha de pagamento, a modalidade reduz o risco para as instituições financeiras, que passaram a oferecer taxas de juros bem mais baixas do que as normalmente encontradas no mercado. A maioria dos acordos assinados entre entidades sindicais e empresas com os bancos que concedem crédito estipu-

lam uma variação da taxa de juros de 1,75% a 3,3% ao mês, para empréstimos com prazo de pagamento de até 36 meses.

Além de a medida ter contribuído para a evolução da concessão de crédito pessoal no país em 2004, também ajuda a melhorar o perfil da dívida dos brasileiros, que solicitam empréstimos para quitar compromissos cujas taxas de juros são muito altas. Isso porque o crédito consignado proporciona taxas até dois terços menores do que as aplicadas em outras modalidades de crédito. Segundo o

Banco Central, em outubro a taxa de juros anual média dos empréstimos com desconto em folha de pagamento foi de 39,12%. Já a taxa média anual do cheque especial, em outubro, ficou em 73,82%.

No mesmo mês, segundo o Banco Central, a concessão de crédito consignado atingiu a marca de R\$ 10,9 bilhões no acumulado do ano, o que representa uma evolução de 73% no período entre fevereiro e outubro (em janeiro, acumulava R\$ 6,3 bilhões).

Com o resultado, a modalida-

de passou a representar aproximadamente 2,3% do volume global de empréstimos do sistema financeiro nacional.

Regras

O empréstimo em consignação é destinado apenas aos trabalhadores com carteira assinada, regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e aposentados pelo INSS. Tanto os trabalhadores como os pensionistas podem comprometer até 30% do seu salário para a quitação das parcelas dos financiamentos. Todos os contratos

têm prestações fixas, para simplificar os descontos em folha e evitar o endividamento excessivo dos empregados.

No caso de demissão do funcionário, o banco pode requisitar 30% do valor pago na rescisão do contrato para a quitação da dívida. Os interessados podem ir sozinhos solicitar o empréstimo nas instituições que, nesse caso, têm de fazer um acordo específico com a empregadora para definir o recebimento das parcelas.

Por isso, é recomendável que o empregado entre em contato

com o sindicato ou a central sindical que o representa, que têm condições de negociar melhores taxas de juros e prazos de pagamento. As empresas também podem negociar diretamente com os bancos, desde que autorizadas pela entidade que representa seus funcionários.

Segundo a Medida Provisória que introduziu a modalidade, não há um prazo máximo para a quitação da dívida, que pode variar conforme a instituição financeira escolhida e cujo prazo das prestações varia de 12, 18, 24 ou até 48 meses.

CRÉDITO CONSIGNADO – EVOLUÇÃO 2004

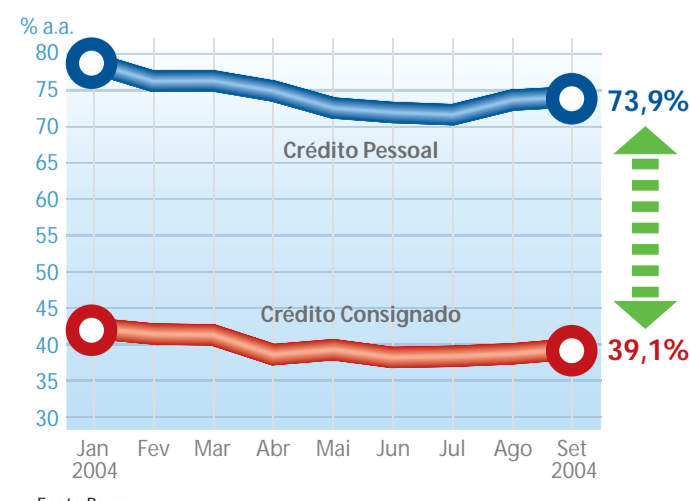
Mês	Crédito Consignado	Total do Mercado (CP) (*)	Partic. %	Taxas de juros Consignado		
				% a.m.	% a.a.	% a.a.
Jan	6.319	30.844	20,5	3,00	42,51	79,06
Mar	7.153	33.191	21,5	2,92	41,26	76,54
Mai	7.821	35.740	21,9	2,79	39,19	72,67
Jul	9.102	37.677	24,2	2,74	38,37	71,66
Set	10.219	39.905	25,6	2,79	39,10	73,87

Fonte: Banco Central do Brasil. Levantamento baseado em amostra, não contemplando o total das Instituições Financeiras. (*) Inclui informações de todas as instituições financeiras

Fonte: Informações fornecidas pelos respectivos bancos (1) Refere-se a operações de Crédito CAIXA AQUI (Rotativo) e Micropenhor (2) Dados referentes a 31/10/04

(3) Estimativa de operações realizadas pelos bancos Itaú, HSBC, Votorantim, Lemon Bank, Sofisa, Mercantil do Brasil e Rabobank partir de informações fornecidas pela Febraban.

CRÉDITO PESSOAL X CRÉDITO CONSIGNADO



CRÉDITO PESSOAL

Projeto e comercialização Point Comunicação e Marketing Ltda
Tel.: (11) 3167-0821
point@pointcm.com.br
www.pointcm.com.br

Redação e edição de textos Editora Contadino

Editoração eletrônica Multi Propaganda

Novas oportunidades efetivamente populares

Governo estimula o microcrédito para promover o crescimento do país



Programa incentiva acesso da população ao crédito

620

milhões de reais do FAT foram destinados ao microcrédito

Sistema amplia a transparência

Lançado no final de junho, para permitir que os bancos e seus clientes tenham acesso ao seu histórico e possam comprovar sua idoneidade como correntistas e/ou investidores, o Sistema de Informações de Crédito do Banco Central (SCR) embute a intenção de ampliar o poder de barganha dos cadastrados nas negociações por melhores taxas e condições.

A expectativa do governo, manifestada pelo presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, à época do lançamento, é que o SCR exerça um papel relevante na ampliação da concorrência do sistema financeiro e, consequentemente, na expansão da oferta de crédito e redução dos *spreads* bancários.

Informações reunidas

O Sistema reúne informações sobre operações de crédito feitas no período de 13 meses anteriores à consulta, por cerca de 9 milhões de clientes que têm dívidas bancárias superiores a R\$ 5.000. São dados os valores dos empréstimos contratados, os juros incidentes, os prazos de pagamento e a condição de pagador do contratante.

A partir deles, o Banco Central acredita que as instituições poderão conhecer

mais profundamente o perfil dos tomadores de crédito e, assim, oferecer melhores condições de taxas ou de prazo adequado a cada um de seus clientes.

“Alem disso, a amplitude das informações do SCR permitirá aumentar o conhecimento sobre o mercado de crédito, facilitando a adoção de políticas que visem à expansão da oferta de crédito, com processos de concessão mais simples, seguros e precisos”, afirmou Meirelles no lançamento do Sistema.

Desafio

O presidente do Banco Central, no entanto, admitiu que há ainda muito por fazer. Segundo ele, o desafio é criar no sistema de crédito e financeiro nacional um ambiente regulatório que estimule cada vez mais a competição, com mais transparência. “É essa a linha que temos adotado e que continuará a nortear nossa ação no futuro próximo”, afirmou.

As instituições só podem acessar as informações do SCR com autorização expressa dos clientes, pessoas físicas ou jurídicas. Já os cadastrados podem entrar em contato com a Central de Atendimento da instituição, pelo telefone 0800-99-2345.

Antes mesmo de ser eleito, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva atribuía um grande poder transformador às microfinanças (prestação e serviços financeiros para a população de baixa renda) e ao microcrédito (concessão de empréstimos aos brasileiros de baixa renda, a principal operação de microfinanças), tanto para a realidade social como para a situação econômica do País.

Por isso, uma das incumbências do Ministério da Fazenda foi dar continuidade às políticas já existentes para atender a essas duas atividades e criar novas vias, no sentido de facilitar o acesso da população – e dos empreendedores – aos recursos e, assim, promover a inclusão da população de baixa renda no mercado financeiro, por meio de serviços como conta corrente, poupança, seguros e empréstimos.

Pacotes

Em 2003, o governo lançou seu programa de microcrédito e, desde então, uma sucessão de medidas para fazer com que ele cresça. O primeiro pacote incluiu a criação do Depósito Especial para o Microcrédito, que destina 2% dos depósitos à vista para empréstimos populares, que não podem

ter taxas de juros efetivas superiores a 2% ao mês.

Recentemente, o presidente anunciou a isenção da cobrança de CPMF nas contas correntes simplificadas, destinadas à população de baixa renda, com limite de juros de 2% ao ano.

O anúncio da isenção foi feito juntamente com o lançamento do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado. Ele coloca R\$ 620 milhões – provenientes dos depósitos à vista destinados ao microcrédito e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) – à disposição para a concessão de empréstimos a micro e pequenas empresas e pessoas físicas e jurídicas com faturamento bruto anual inferior R\$ 60 mil. O programa é um pacote de medidas que visa ampliar o acesso de microempreendedores a crédito com juros de 2% ao mês.

O grande diferencial do programa é a existência de um profissional para orientar o tomador do empréstimo a utilizar de maneira eficiente os recursos em seu empreendimento. Outra inovação é a ampliação de canais que podem fornecer esse crédito: cooperativas, organizações não-governamentais e da sociedade civil de interesse público e sociedades

de crédito ao microempreendedor, além das instituições financeiras privadas ou estatais. Os financiamentos podem atingir um limite máximo de R\$ 5 mil, caso os recursos sejam provenientes do FAT. Empréstimos que utilizam recursos dos 2% dos depósitos à vista podem chegar a um máximo de R\$ 1 mil.

NUM BANCO QUE ENTENDE O SEU DIA-A-DIA, O CHEQUE ESPECIAL TRABALHA A SEU FAVOR.

REALMASTER: 10 DIAS SEM JUROS POR MÊS NO CHEQUE ESPECIAL, PARA SUA CONVENIÊNCIA.

Sujeito a análise e aprovação de crédito. *Dias corridos ou alternados; a partir do 11º dia, serão cobrados juros por todo o período utilizado.

Foco no poder das classes de baixa renda

Financeiras investem em produtos sob medida para conquistar clientes

O empréstimo pessoal para clientes de baixa renda consolidou-se como um dos principais produtos de crédito oferecidos atualmente no País. De olho no potencial desse perfil de consumidor, muitas vezes carente de recursos e garantias, as financeiras especializaram-se no atendimento às suas necessidades e características.

Um dos diferenciais dessas instituições é que quase não há exigências para o empréstimo de dinheiro. Como sua única fonte de renda são os juros cobrados dos empréstimos, as financeiras – ao contrário dos bancos, que ganham com a intermediação financeira e a prestação de serviços – precisam ser menos burocráticas para atrair o cliente, formado essencialmente por pessoas pertencentes às classes C e D, com renda mensal entre R\$ 150,00 e R\$ 1.200,00.

Para obter um empréstimo e sair com o dinheiro no bolso em questão de minutos basta ao cliente apresentar o documento do carro, o comprovante de uma compra ou até mesmo de um empréstimo pago em dia.

Embora as exigências sejam menores, o nível de análise de crédito é maior e mais criterioso,



Consumidores das classes C e D atraem as financeiras

so, já que as financeiras investem em treinamento de pessoal, infra-estrutura e tecnologia da informação, que permitem efetuar a análise de crédito em pouco tempo.

As taxas de juros embutidas nos empréstimos variam de acordo com o perfil do tomador. Caso ele apresente todos os documentos, não tenha o nome incluído em nenhum cadastro de restrição de crédito e possua renda compatível com o valor do empréstimo requerido, certamente não pagará a maior ta-

xa. Mas, se não atender a uma dessas exigências, o custo de empréstimo do dinheiro pode ficar cada vez maior. Em alguns casos, as financeiras oferecem taxas de juros atraentes para clientes que já tiveram algum tipo de relacionamento anterior, como o financiamento de uma compra ou um empréstimo.

Pesquisa de taxas

As financeiras possuem diversas linhas de crédito, com taxas que variam conforme a renda do cliente, as garantias ofereci-

das, o prazo de pagamento e a existência ou não de avalistas. Pesquisa realizada pela Anefac (Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade) em outubro de 2004, apontou que as taxas de juros para empréstimos pessoais em financeiras apresentaram uma elevação de 0,08%, passando de 12,15% ao mês (295,91% ao ano), em setembro, para 12,16% ao mês (296,33% ao ano) em outubro.

Ainda segundo a entidade, todas as taxas de juros das operações de crédito apresentaram elevação no mês, tantar para pessoa física como para pessoa jurídica, seguindo o efeito da elevação da taxa básica de juros (Selic), promovida no mesmo período, que foi de 0,04 ponto percentual mês e 0,50 ponto percentual ao ano.

Ao entrar em contato com uma financeira, o cliente pode optar por um empréstimo pessoal. Nesse caso, o contato é feito diretamente com a instituição para adquirir uma quantia em dinheiro, sem a necessidade de vincular à aquisição de nenhum bem de consumo. Outro produto muito oferecido é o financiamento de automóvel.

Banco do Brasil cria acesso popular

A criação do Banco Popular do Brasil, em fevereiro de 2004, marcou o início de uma nova fase no cenário econômico nacional, com a democratização do acesso ao sistema financeiro por milhares de brasileiros de baixa renda. Na nova instituição, subsidiária do Banco do Brasil, o atendimento aos clientes é feito por meio de correspondentes bancários, localizados em pontos de atendimento como lojas de varejo, supermercados, farmácias e casas de material de construção.

O público-alvo é composto por pessoas físicas que ganham até três salários mínimos e não mantêm conta corrente em nenhuma outra instituição financeira. Entre os produtos oferecidos estão a conta corrente simplificada (aberta sem comprovação de renda ou endereço), o crédito pessoal (de R\$ 50,00 a R\$ 600,00, com juros de 2% ao mês) e pagamentos diversos.

Os interessados em se tornar clientes não precisam comprovar renda ou endereço: basta comparecer a um ponto de atendimento levando o CPF e o documento de identidade. Após a ativação do cartão magnético, eles podem se habilitar ao empréstimo.

Em seu primeiro ano de funcionamento, o Banco Po-

pular já está presente nas principais capitais do país, com aproximadamente 6,5 mil pontos de atendimento, 4 mil correspondentes e uma base de 1 milhão de clientes.

Expansão

Seguindo a meta prevista para 2005, de atender à população que vive fora dos grandes centros urbanos, o Banco Popular do Brasil se prepara para chegar ao interior do país. Ao mesmo tempo em que expande sua rede de atendimento, a instituição também quer conquistar novos clientes. A previsão é encerrar o próximo ano com 2,5 milhões de correntistas.

Para atrair a população de baixa renda, o portfólio de produtos está sendo ampliado, com o lançamento de títulos de capitalização, seguros de vida e cartão de crédito já no próximo ano. Uma das novidades que já estão sendo testadas é uma linha de crédito destinada à compra de material de construção, com piloto em funcionamento na região de São Matheus, na Região Leste de São Paulo. A idéia é oferecer até R\$ 600,00 em crédito para a compra de material de construção destinado à reforma de moradias urbanas e revitalização de imóveis antigos.

www.caixa.gov.br



CAIXA
Para você. Para todos os brasileiros.

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

PARA QUEM TEM MUITA HISTÓRIA PARA CONTAR E MUITAS OUTRAS PARA VIVER.

A CAIXA estendeu a todos os aposentados e pensionistas do INSS, inclusive para quem não é cliente da CAIXA, o Cred Senior Especial. Um benefício exclusivo, descontado direto em folha de pagamento, com taxas a partir de 1,75% ao mês e um dos maiores prazos do mercado - até 36 meses para pagar. Passe em uma agência e converse com o gerente. Você ainda tem muita coisa para fazer na vida.